



SETT

Sinalização e
Equipamentos
de Trânsito

**AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE MINAS GERAIS**

COM CÓPIA AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE MINAS GERAIS

ASSUNTO: DENÚNCIA SOBRE PROCESSO DE LICITAÇÃO PENDENTE DE
LIMINAR

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023 - MUNICÍPIO DE UBERABA/MG

URGENTE - LIMINAR

**SETT SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE TRÂNSITO E
COMERCIO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.
22.067.325/0001-24, com sede na Rua Amália Strapasson de Souza, Nº 187, Qd.
24 Lt. 12, Mauá, Colombo-PR, CEP: 83413-560, por seu representante legal, RONI
COSTA CONSTANTINO, portador da carteira de identidade nº. 5833037 SSP/GO e
CPF sob o nº. 513.705.732-00,

DENÚNCIA

Em desfavor do MUNICÍPIO DE UBERABA – MG e CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONVALE, em razão dos
relevantes motivos de fato e de direito logo a seguir.

I - PRELIMINARMENTE

A Autora DENUNCIA contra o MUNICÍPIO DE UBERABA – MG e
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONVALE,

SETT SINALIZACAO E EQUIPAMENTOS DE TRÂNSITO E COMÉRCIO EIRELI

CNPJ: 22.067.325/0001-24 / INSC. ESTADUAL: 90922035-11 / INSC. MUNICIPAL: 48595

Rua Amália Strapasson de Souza, N 187, Qd. 24, Lt. 12, Mauá CEP: 83413-560 Colombo – PR

www.settsinalizacao.com.br / E-mail: sett.licita@gmail.com / Celular: 62 3942-7037 / 62 98631-0316



SETT

Sinalização e
Equipamentos
de Trânsito

face ser essa a autoridade que conduz as contratações, o qual afronta o princípio da legalidade, da moralidade, da publicidade e da probidade administrativa que regem as licitações.

Convém ressaltar os atos administrativos que ofenderem a boa administração, ou seja, aqueles que violarem a ordem institucional, o bem comum, os princípios de justiça e equidade, e que podem e devem ser invalidados pela própria Administração. A Administração não o fazendo, devem ser os mesmos anulados pelo Tribunal de Contas e encaminhados ao Ministério Público para adoção das medidas necessárias.

A aceção em que aqui o termo é tomado, entretanto, restringir-se-á àquela em que alguém, em defesa de interesse não necessariamente próprio, exhibe ao conhecimento de uma autoridade determinado ato ou situação, que reputa em desconformidade com o Direito, na expectativa de que essa autoridade, no exercício de sua presumível competência, tome as providências necessárias ao restabelecimento da boa ordem jurídica, ameaçada ou comprometida por tal ato ou situação.

Com efeito, é com a DENÚNCIA que a Administração Pública assegura permanentemente ao particular o exercício de sua vigilância quanto aos princípios que regem a atuação administrativa.

II – DA ILEGALIDADE PERPETRADA

A denunciante participou da licitação promovida pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONVALE, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 029/2023, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de sinalização viária, com fornecimento de materiais e mão de obra, pelo período de 12 (doze) meses, onde



SETT

Sinalização e
Equipamentos
de Trânsito

irão implantar e/ou revitalizar sinalizações horizontais com tinta à base de resina acrílica solvente e pigmentos especiais, sinalizações verticais, e dispositivos de segurança nas vias de tráfego nos municípios do CONVALE que demandarem, conforme especificações deste Termo de Referência, sendo que o objeto será dividido em 2 lotes: - Lote 1 sinalização Horizontal; - Lote 2 sinalização Vertical.

Após se sagra vencedora a peticionante teve cerceada sua participação ao arrepio da legislação de regência, sendo que ao impetrar mandado de segurança, o CONVALE/Município de Uberaba se viu diante de liminar concedida para suspender a execução da obra até o deslinde da presente demanda.

O Impetrado sustentou que a empresa ora litigante não demonstrou comprovação de capacidade em arcar com o ônus da contratação, alardeando que supostamente não houve qualquer movimentação de receitas no exercício de 2021.

No mérito os impetrados chegaram a sustentar a perda do objeto, e publicaram outro certame com abertura prevista para 10h00 do dia 29/12/2023, objetivando para trazer ao bojo da demanda que nova contratação impede que se constitua a situação jurídica pretendida. Segue anexo o EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023 que possui como objeto o mesmo aqui debatido.

Como se sabe, entre as prerrogativas da Administração Pública, há a possibilidade de revogar atos que não sejam mais convenientes e oportunos para o atendimento do interesse público, bem como de invalidá-los (anulá-los) em caso de ilegalidade. Nesse sentido, a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.



SETT

Sinalização e
Equipamentos
de Trânsito

No entanto, é notório que a autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

É fato que até o presente momento não houve intimação das licitantes acerca da anulação ou revogação da licitação que deu ensejo à demanda, em atendimento ao art. 165 da Lei 14.133/21, confira:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

Convém ressaltar ainda que a municipalidade, visando afastar o impetrante, inseriu no edital o seguinte regramento:

5.4.2 - Balanço patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e D.M.P.L. dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis na forma da lei, assinados por profissional habilitado da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.



SETT

Sinalização e
Equipamentos
de Trânsito

5.4.2.1 - Os documentos referidos no item anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

É fato que a Administração tenta mais uma vez afastar o impetrante do certame, em detrimento ao atendimento do princípio da proposta mais vantajosa.

Assim sendo, necessário que o do chefe do executivo suspenda o processo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2023 até o desfecho do processo judicial, eis que se trata do mesmo objeto aqui discutido.

III - DO PEDIDO

Conforme demonstrou o Denunciante, a licitação vem sendo conduzida de forma que atenta contra os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, e demais princípios que regem as contratações públicas, constituindo imoralidade administrativa, razão pela qual são nulos de pleno direito.

Nesse sentido, roga o DENUNCIANTE, desde já, seja investigado os procedimentos em comento e que o se expeça ordem do Tribunal de Contas, em razão da flagrante ilegalidade demonstrada, solicitando ao Ministério Público que adote as medidas cabíveis.

Assim sendo, requer-se:

a) O recebimento da presente DENÚNCIA, em caráter de urgência, deferindo a medida pretendida, com o fim de obrigar a autoridade citada em se abster de praticar qualquer ato relacionado à contratação supracitada, interrompendo imediatamente as ações lesivas aqui descritas;



SETT

Sinalização e
Equipamentos
de Trânsito

b) a citação/intimação do MUNICÍPIO DE UBERABA – MG e CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONVALE, na pessoa de seu representante legal;

c) a intimação de todos os atos do presente feito, do Ministério Público, inclusive para fins de tomar as medidas penais cabíveis, por ilegalidade e infração à Lei de Licitações e Contratos;

d) seja, ao final, julgada procedente a DENÚNCIA, com a desconstituição jurídica dos atos impugnados e de todos seus efeitos, declarando-lhes a nulidade de pleno direito, com a reconstituição do status quo ante institucional.

Pede Deferimento.

Goiânia – GO, 28 de dezembro de 2023.

SETT SINALIZAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE TRÂNSITO E COMERCIO EIRELI
RONI COSTA CONSTANTINO